

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.557 - RR (2019/0352236-0)**

AGRAVANTE : ADRICIANO CAVALERI  
AGRAVANTE : DAIANE TRETTO  
AGRAVANTE : JIANE VIVIAN  
AGRAVANTE : JOSÉ CARLOS TRETTO  
AGRAVANTE : FRANIO RUBINI  
AGRAVANTE : MARLEI TEREZINHA CAVALERI  
AGRAVANTE : NEI MARCOS MARANGON  
ADVOGADO : JORGE KENNEDY DA ROCHA RODRIGUES - RR001033  
AGRAVADO : AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A  
ADVOGADO : RONILDO RAULINO DA SILVA - RR000555

**DESPACHO**

Discute-se sobre prescrição em execução de Cédula de Crédito Rural Pignoratícia, com alegação de afronta aos arts. 219 do CPC/73 e 202, I, do Código Civil.

Eis a ementa do acórdão recorrido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA. PRAZO PRESCRICIONAL DE TRÊS ANOS. ART. 60, DO DECRETO-LEI 167/67. ART. 70, DA LEI UNIFORME DE GENEVRA. INTERPOSIÇÃO TEMPESTIVA. ARTIGOS 240 E 802 DO CPC. ATRASO DA CITAÇÃO NÃO IMPUTÁVEL À PARTE. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DA AGRAVANTE. NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO (fl. 332).

Trata-se de matéria pertencente aos domínios do Direito Privado, por isso, com base no art. 9º, § 2º, incisos II e X, do RISTJ, determino a remessa dos autos à Secretaria, para que se faça a redistribuição do recurso a um dos Ministros que compõem a Segunda Seção.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator